

**Soraia Faria**

---

**Para:** rafaelaprado rafaelaprado  
**Assunto:** RE: Contributo da Associação SOMAR na Apreciação Pública da Proposta de Alteração à RAMPA

---

**De:** rafaelaprado rafaelaprado [REDACTED]  
**Enviada:** 23 de abril de 2025 15:46  
**Para:** Apreciacao Publica <apreciacaopublica@alra.pt>  
**Assunto:** Contributo da Associação SOMAR na Apreciação Pública da Proposta de Alteração à RAMPA

Exmo. Senhor Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável,

A SOMAR – Associação de Conservação Marinha e Bioacústica, com sede em Lagos, Algarve, vem por este meio manifestar a sua profunda preocupação com a proposta de alteração à Rede de Áreas Marinhas Protegidas dos Açores (RAMPA), atualmente em apreciação pública.

A RAMPA representa um marco histórico para a conservação do oceano no Atlântico Norte, fruto de um processo participativo exemplar e de sólida base científica, alinhado com os critérios internacionais da IUCN e do MPA Guide. A criação de áreas de proteção total é essencial para assegurar a resiliência dos ecossistemas marinhos, o repovoamento das zonas adjacentes e a sustentabilidade a longo prazo das atividades económicas, incluindo a pesca.

Apesar da pesca de atum com salto e vara ser uma arte mais seletiva e de menor impacto, cuja valorização deve ser promovida através de medidas de reestruturação do setor das pescas, trata-se ainda assim de uma atividade extrativa. Esta remove elementos essenciais da cadeia trófica marinha, com impactos no funcionamento dos ecossistemas. É precisamente por isso que as áreas de proteção total foram criadas: para funcionar como santuários ecológicos, onde os processos naturais podem decorrer sem perturbação humana, assegurando a integridade e a recuperação dos ecossistemas marinhos.

Importa sublinhar que a pesca de salto e vara já é permitida em metade das áreas marinhas protegidas da RAMPA, classificadas como de proteção alta. Esta solução foi alcançada de forma concertada durante o processo participativo que precedeu a aprovação do diploma, envolvendo pescadores, cientistas, decisores e sociedade civil. A proposta atual ignora esse consenso e compromete seriamente a legitimidade de todo o processo.

As Áreas Marinhas de Proteção Total garantem benefícios diretos não só para a biodiversidade, mas também para as comunidades humanas. Um oceano saudável, forte e resiliente é a base de atividades económicas sustentáveis. No caso da pesca, está demonstrado que estas áreas contribuem para o aumento dos stocks, promovendo o repovoamento das zonas circundantes e assegurando ganhos a médio e longo prazo para os pescadores.

A ciência tem demonstrado consistentemente que as áreas com proteção total são as que geram maiores benefícios para a biodiversidade, para o funcionamento ecológico dos sistemas marinhos e para a sua resiliência face às alterações climáticas e outras pressões. **Uma rede eficaz de áreas marinhas protegidas, como a RAMPA, só pode cumprir os seus objetivos se incluir zonas livres de qualquer atividade extrativa.** Sem isso, perde-se a eficácia ecológica da rede e compromete-se a credibilidade do compromisso de Portugal com a proteção de 30% do oceano até 2030.

Assim, a SOMAR apela ao respeito pelo diploma aprovado em dezembro de 2024 e à manutenção das áreas de proteção total na RAMPA, rejeitando qualquer proposta que as descaracterize. Este é um momento crucial para reafirmar o compromisso de Portugal com a liderança na conservação do oceano e com o futuro sustentável das nossas comunidades costeiras.

Com os melhores cumprimentos,

--

Rafaela Prado Cardoso

Oceanógrafa  
Presidente da SOMAR

**SOMAR Associação de Conservação Marinha e Bioacústica**

[www.somarbio.pt](http://www.somarbio.pt)

